



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14961 - Resumo Expandido - Trabalho - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

A INFLUÊNCIA DO BANCO MUNDIAL NA POLÍTICA EDUCACIONAL DE FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL

Isadora de Souza Nogueira - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

Agência e/ou Instituição Financiadora: FUNDECT

A INFLUÊNCIA DO BANCO MUNDIAL NA POLÍTICA EDUCACIONAL DE FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL

A elaboração deste texto se deu através de estudos realizados durante a pesquisa para dissertação de mestrado no programa de pós-graduação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como bolsista da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT), com a temática “A influência dos organismos internacionais nas políticas de formação de professores no Brasil e Paraguai”. O recorte proposto neste resumo objetiva analisar a influência do Banco Mundial (BM) nas políticas educacionais de formação docente brasileiras. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental seguindo uma abordagem qualitativa, com estudos em autores como Guerra e Figueiredo (2021) e Espinoza (2016). Observa-se a existência de influência de organismos internacionais em um processo de mudança das perspectivas educacionais no Brasil, desta forma realiza-se uma análise de documentos do Banco Mundial referentes a educação, observando aspectos da formação docente.

Em 2005 o Banco Mundial financiou o documento *Higher Education in Latin America: The International Dimension*, a publicação aponta alguns problemas presentes no ensino superior nos países da América Latina, dentre eles: universidades superlotadas, instalações físicas deterioradas, falta de equipamentos, material didático obsoleto, currículos desatualizados, fracos resultados de aprendizagem na educação primária e secundária, alunos

despreparados para o ensino superior. O texto sugere a cobrança de taxas no ensino superior como alternativa para os problemas apresentados.

Em 2011 o Banco Mundial apresenta um documento intitulado ‘Aprendizagem para Todos Investir nos Conhecimentos e Competências das Pessoas para Promover o Desenvolvimento’, que traz orientações para países de renda média em ascensão, sendo eles Brasil, China e Índia. Como prioridades desenhadas para esses países estariam o acesso à educação para todos, reformas dos sistemas educacionais, investimento de recursos financeiros, os sistemas educacionais abrangeriam escolas públicas, universidades e programas de formação que fornecem serviços de educação, incluindo o setor público e privado.

Essas reformas incluiriam as regras, políticas e mecanismos educacionais de financiamento, o documento aponta que buscará quebrar barreiras e atuar fora dos limites do sistema educacional tradicional ampliando sua atuação para além dos recursos financeiros. A partir destes fragmentos é possível observar a promessa clara de envolvimento e modificação do Banco Mundial da legislação e políticas educacionais através de reformas educacionais.

Assim, há um auxílio financeiro e técnico oferecido pelo Banco, havendo prioridade em elementos referentes a avaliação e controle do sistema educacional por meio de investimentos neste setor. O documento busca ainda fomentar o envolvimento da iniciativa privada na educação através de parcerias estratégicas. Observa-se que documento não apresenta propostas para a formação docente inicial ou continuada, e foca no incentivo e aumento de estratégias de controle e avaliação.

No ano de 2017, o Banco apresenta o documento ‘Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil’, que aborda diversas políticas públicas. O título referente a educação possui o título “Gastar Mais ou Melhor? Eficiência e Equidade da Educação Pública”, e considera que os gastos por aluno no Brasil altos e ineficientes pois o Banco compreende que não há melhorias no aprendizado. O documento compreende que os investimentos educacionais de 25% das receitas tributárias à educação e o não pagamento de mensalidade nas universidades públicas para famílias mais ricas são uma problemática do país.

O Banco considera que o Brasil possui altos gastos com educação devido a destinação de 6% do PIB para a agenda, para chegar a essa conclusão o texto realiza uma comparação com outros países da América Latina e da OCDE que possuem respectivamente um gasto de 4,6% e 5,5% do PIB com educação. A perspectiva de análise utilizada para considerar os investimentos em educação ineficientes são os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), que demonstrou uma melhoria de desempenho dos alunos de ensino fundamental e médio no Brasil, porém o relatório considera os resultados “decepcionantes”, justificando que os resultados deveriam ser superiores.

Observa-se uma contradição nos objetivos a serem atingidos com as propostas

apresentadas pelo Banco, os documentos da organização consideram a qualidade educacional do país baixo ou mesmo tempo que sugere a redução de investimentos em educação. Guerra e Figueiredo (2021, p.6) apontam que “as pesquisas que embasam as assessorias prestadas pelo Banco Mundial, produzem evidências até mesmo contrárias às suas próprias recomendações, o que pode estar relacionado à correlação de forças internacionais, somada às análises microeconômicas”.

Junto das indicações de redução de gastos educacionais propostas pelo BM, aprova-se a Emenda Constitucional Nº 95 no ano de 2016, que prevê a limitação de gastos federais com políticas públicas nas áreas de Saúde e Educação, essa limitação afeta o custeio das universidades. O documento sugere maior investimento em despesas não primárias, que seriam despesas financeiras, a exemplo da dívida pública.

A posição do Banco quanto a emenda é exposta no documento O relatório ‘Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil’ de 2017 que compreende que a mudança “geraria um espaço fiscal muito bem-vindo para recuperar a capacidade de investimento do governo federal e, dessa forma, apoiar um crescimento mais sustentável no futuro” (BANCO MUNDIAL, 2017, p.31). Desta forma, observa-se o apoio ao teto de gastos no país, assim mesmo colocando a educação como fator importante para redução de pobreza no Brasil, o relatório defende ações para redução de investimento educacional no país.

Para além destes fatores, é possível observar alterações nas políticas de empréstimos para educação do Banco Mundial nas décadas de 80 e 90, há a transferência de recursos do nível terciário para os outros níveis educativos, ao mesmo tempo em que programas do Banco Mundial e do FMI fomentavam uma redução nos gastos públicos totais. Observa-se que essas mudanças sugerem a diminuição dos gastos públicos no ensino superior, e a adoção de mecanismos de autofinanciamento institucional através de taxas para os estudantes e suas famílias, o que refletiria em um aumento do financiamento privado (ESPINOZA, 2016).

Conclui-se, portanto, que existe influencia e monitoramento educacional por parte do Banco Mundial, que se manifesta através de vários programas avaliativos abrangendo todas as modalidades de ensino, através de empréstimos, pareceres técnicos que apresentam a educação do Brasil a partir da perspectiva neoliberal apresentada pelo Banco em seus documentos. É possível observar, quanto a fatores que afetam a qualidade da formação docente, um movimento de programas voltados apenas para educação básica, enquanto as prerrogativas para o ensino superior são a redução de investimentos e fomento da iniciativa privada e pagamentos de taxas na educação pública.

Palavras-Chave: Educação. Formação docente. Organismos internacionais. Banco Mundial.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Aprendizagem para todos. Estratégia de Educação 2020 do Grupo Banco Mundial.** Resumo Executivo, Washington: Banco Mundial, 2011.

BANCO MUNDIAL. **Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e da equidade do gasto público no Brasil.** Grupo Banco Mundial, 2017. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report>. Acesso em 24.01.2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Promulgada emenda constitucional do teto dos gastos públicos.** Brasília, 15 dez. 2016. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/camارانoticias/noticias/ECONOMIA/521413-PROMULGADA-EMENDA-CONSTITUCIONAL-DO-TETO-DOS-GASTOSPUBLICOS.html>. Acesso em 20.04.2024.

ESPINOZA, Oscar. *El rol del Banco Mundial en la conformación de las políticas de educación superior en sociedades en desarrollo.* Altair Fávero & Gionara Tauchen (Compiladores.), **Políticas de educação superior e docência universitária: diálogos sul-sul** (Capítulo 1, pp. 15-71). Curitiba, Brasil: Editora CRV, 2016.

GUERRA, Dhyovana; FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago. Proposições do Banco Mundial para a política educacional brasileira (2016-2018). **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 47, e231359, 2021.

HOLM-NIELSEN, Lauritz; THORN, Kristian; BRUNNER, José Joaquín; BALÁN, Jorge. *Regional and International Challenges to Higher Education in Latin America. Higher Education in Latin America The International Dimension. The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank.* Washington DC. 2005.